

RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E URBANO-RURAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE GEOGRÁFICA DO PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA, SÃO PAULO E PARA O PROGRAMA VILAS RURAIS EM LERROVILLE, PARANÁ, BRASIL

RELATIONS CITY-FIELD AND URBAN-RURAL: CONTRIBUTION TO THE GEOGRAPHIC ANALYSIS OF THE GREEN BELT PROJECT OF ILHA SOLTEIRA, SÃO PAULO AND TO THE RURAL VILLAGES PROGRAM LERROVILLE, PARANÁ, BRAZIL

Paulo Fernando Jurado da Silva¹
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol²

Resumo: A discussão sobre cidade e campo, urbano e rural não é nova. Ao longo do artigo será evidenciado por meio de uma revisão bibliográfica sucinta que o assunto é complexo e envolve idéias diversas e sentidos conceituais abrangentes. Seu objetivo não é o de esgotar teoricamente tal debate, mas de analisar as relações entre cidade/campo, urbano/rural no contexto de duas formações socioespaciais distintas, ou seja, aquela referente à compreensão do Projeto Cinturão Verde em Ilha Solteira, São Paulo e a atinente ao Projeto Vilas Rurais em Lerroville, Paraná. Contando com a leitura teórica e empírica dessas realidades, espera-se que ao final do texto se possa demonstrar uma contribuição geográfica desses dois projetos, com os seus avanços e limitações no cenário das relações cidade-campo e urbano/rural.

Palavras-chave: Cidade; Campo; Urbano; Rural; Cinturão Verde; Vilas Rurais.

Abstract: The discussion about the city and field, urban and rural isn't new. Over article will be evidenced through a brief literature review that the matter is complex and involves diverse ideas and comprehensive conceptual senses. Your goal is not to exhaust the theoretically this discussion, but only to analyze the relationship between city/field, urban/rural in the context of two distinct formations socio-spatial, that is, that regarding the understanding of the Green Belt Project of Ilha Solteira, São Paulo and regards the Rural Villages Project in Lerroville, Paraná. Counting with the theoretical reading and empirical of this reality expected that at the end of the text can be shown minimum geographical contribution of these two projects with its ebbs and limitations in the scenario of urban/rural relations and city/field.

Key Words: City; Field; Urban; Rural; Green Belt; Rural Villages.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Endereço eletrônico: pfjurado@uol.com.br.

² Professora assistente doutora dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente e líder do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Endereço eletrônico: medeiroshepagnol@yahoo.com.br

Ideias iniciais e objetivo

O debate sobre o urbano/rural, cidade/campo não é uma preocupação científica recente. Estudos da Sociologia estadunidense demonstravam interesse em delimitar e compreender os aspectos circunscritos a tal temática já no início do século XX; sendo que a Sociologia Rural é um de seus ramos mais antigos, o primeiro nos Estados Unidos, por exemplo.

O objeto da Sociologia Rural é o meio rural no sentido formal. Com isso, em um primeiro momento, a sociedade rural se dedica em termos ocupacionais às atividades agrícolas, enquanto a sociedade urbana se vincula às ocupações mais complexas e variadas. Porém, foi por meio dos trabalhos de Galpin, Sorokin e Zimmerman (1929)³ que essa postura tradicional de se analisar o meio rural e urbano passa a ser repensada, com a adoção do enfoque do “continuum rural-urbano”, buscando-se evidenciar as mudanças típicas dessas realidades, com o estudo das dimensões ocupacionais, densidade populacional, mobilidade, tamanho das comunidades, entre outras.

Nas décadas de 1930 e 1960, tanto os países centrais quanto os periféricos passam por transformações socioespaciais expressivas com a adoção de novas tecnologias no meio urbano e rural. Na Geografia, a influência da abordagem quantitativista e o materialismo histórico dialético promoverão a sustentação teórica aos estudos desenvolvidos sobre o assunto do rural e do urbano.

Daí em diante passou-se até a não distinguir o urbano do rural em algumas correntes teóricas; posição essa que foi duramente criticada por autores de diversos campos da ciência e, principalmente, daqueles com preocupação voltada ao planejamento territorial (entre eles a geógrafa italiana Elena Sarraceno e o geógrafo francês Bernard Kayser, bem como por pesquisadores brasileiros como José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay). Por outro lado, fundamentações culturalistas também surgiram, como as proferidas pela socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley, associando as categorias urbano e rural aos modos de vida desenvolvidos na sociedade. Postura essa que foi criticada por Maria J. Carneiro e outros autores que afirmaram não ser possível se definir uma cultura; sendo impossível sua adjetivação precisa.

Para Biazzo (2008), há ainda aqueles autores que se esforçaram em produzir escritos teóricos que fossem capazes de elevar rural e urbano à classe de categoria analítica como Chamboredon (1985), Remy (1989) e Mormont (1989). Tais expressões são usadas, então, como qualidades das relações sociais, sendo que o rural e o urbano podem conviver no mesmo local, nas práticas dos sujeitos.

Em Henry Lefebvre e Milton Santos, nos seus diversos trabalhos, cidade e campo são vistos como espaço, enquanto urbano e rural se referem ao conteúdo social das formas espaciais. Já nos estudos empreendidos por Maria J. Carneiro, Roberto José Moreira e João Rua o mundo rural ganha a conotação de universo simbólico dos sujeitos.

Historicamente, observa-se que a Geografia tem se utilizado de expressões como espaço urbano e espaço rural para delimitar a cidade e o campo, respectivamente. Assim, compõem afirmações de que o espaço urbano é mais

³Tais autores foram citados por Aldo B. Solari (1979) ao se remeter aos diversos estudos sobre o rural na Sociologia.

adensado do que o espaço rural, tanto no que diz respeito às pessoas quanto aos equipamentos e infraestruturas técnicas instaladas.

Englobando o que é agrícola e não agrícola, o rural é uma categoria de grande importância nas Ciências Humanas, não sendo fruto de ações aleatórias. Nesse contexto, poderia se afirmar que só é possível se admitir a presença de uma Geografia Rural a partir do espaço rural, sendo este tributário de um caráter polissêmico. O espaço rural é polifuncional e pode ser compreendido como uma maneira de organização social e o termo rural não é equivalente direto de localização ou da questão agrícola, sendo ampla sua significação que envolve a história e um tempo específico.

Além disso, o rural não pode ser caracterizado/classificado somente como um espaço monofuncional relacionado às atividades primárias da economia. Este espaço está em constante transformação, especialmente quando se trata das novas configurações espaciais em razão do avanço do capitalismo, a exemplo do fenômeno da mundialização; das revoluções tecnológicas da comunicação, biológica/química (acompanhada do raciocínio produtivista e da biosimplificação de espécies); e principalmente da informática.

Na sociedade atual, os modos de vida e os aspectos socioculturais separam reduzidamente o rural do urbano. No urbano predomina a concentração, a aglomeração de pessoas, dinheiro, serviços e infraestrutura e no rural a dispersão. Apesar de ocorrerem grandes mudanças no rural, o processo de urbanização tende a prosseguir a passos mais largos e rápidos. Para Teixeira e Lages (1997) fica cada vez mais difícil encontrar modos de vida específicos atinentes tanto ao rural quanto ao urbano e, assim, para esses autores:

Os modos de vida e comportamentos socioculturais separam cada vez menos os rurais dos urbanos, e as clivagens que conheceu nossa sociedade no passado hoje não passam mais pela oposição entre cidade e campo. Todo o discurso sobre o modo de vida específico, sobre o isolamento rural mudou, pois mudou a mobilidade e a acessibilidade, com maior oferta de serviços, informação, infraestrutura. (p. 15).

Ainda para esses pesquisadores seria possível questionar se houve o desaparecimento da territorialidade rural, com o avanço da mundialização e das telecomunicações. Na realidade, essas são apenas algumas das transformações que esses espaços estão passando nos últimos anos e que se somam aos aspectos concernentes a sua modernização, integração e tecnificação. Isso significa constatar, por outro lado, que tais espaços não são somente palcos da reprodução agrícola em sentido formal, mas que apresentam novos conteúdos que poderão estar associados de certa maneira às urbanidades que representam, grosso modo, a qualidade/característica do conteúdo urbano e que se referem a modos de vida específicos produzidos pelos sujeitos na cidade (expressa como forma espacial).

Portanto, é nesse debate que se insere o objetivo desse artigo ao propor a análise das relações entre cidade/campo, urbano/rural para a compreensão de duas realidades socioespaciais distintas, ou seja, àquela referente à compreensão do Projeto Cinturão Verde em Ilha Solteira, São Paulo e a que concerne ao Projeto Vilas Rurais em Lerroville, Paraná. Não se trata evidentemente de propor uma tipologia comparativa que comprove diferenças e similitudes entre tais espaços, mas

de refletir sobre dinâmicas particulares e de descrever o sentido que as categorias rural e urbano ganham para exemplificar a constituição desses espaços, demonstrando também os avanços e limites desses programas de maneira crítica. Conseqüentemente, a cidade e o campo serão vistos como formas espaciais, enquanto o urbano e rural tomados como conteúdos, numa relação dialética e contraditória.

Para tanto, esse artigo foi organizado, além dessa introdução, em outros quatro tópicos que abordam essa temática sob diferentes ângulos, ou seja: I) localização da área de estudo, procedimentos metodológicos e delineamento da proposta; II) o projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira no quadro da associação de pequenos agricultores que retrata a sua constituição e dinâmica atual; III) Lerroville no contexto das vilas rurais que descreve esse programa no distrito de Londrina; e, por último, as IV) Considerações finais que expressam o reforço das principais ideias trabalhadas e aponta para algumas perspectivas em torno desse assunto.

Localização da área de estudo, procedimentos metodológicos e delineamento da proposta

Ilha Solteira (vide mapa 1 com a sua localização) surgiu a partir da iniciativa de construção do Complexo Hidrelétrico Urubupungá, dirigida pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). Foi por muito tempo habitada, quase que exclusivamente, pelos trabalhadores responsáveis de construir a usina hidrelétrica em seu território.

De caráter retilíneo e uniforme o planejamento de Ilha Solteira⁴ foi estabelecido a partir de um zoneamento, baseado na divisão sócio-profissional de seus moradores em seis níveis; o que acaba por ter influência direta na área construída e no acesso a determinados equipamentos de lazer na cidade.

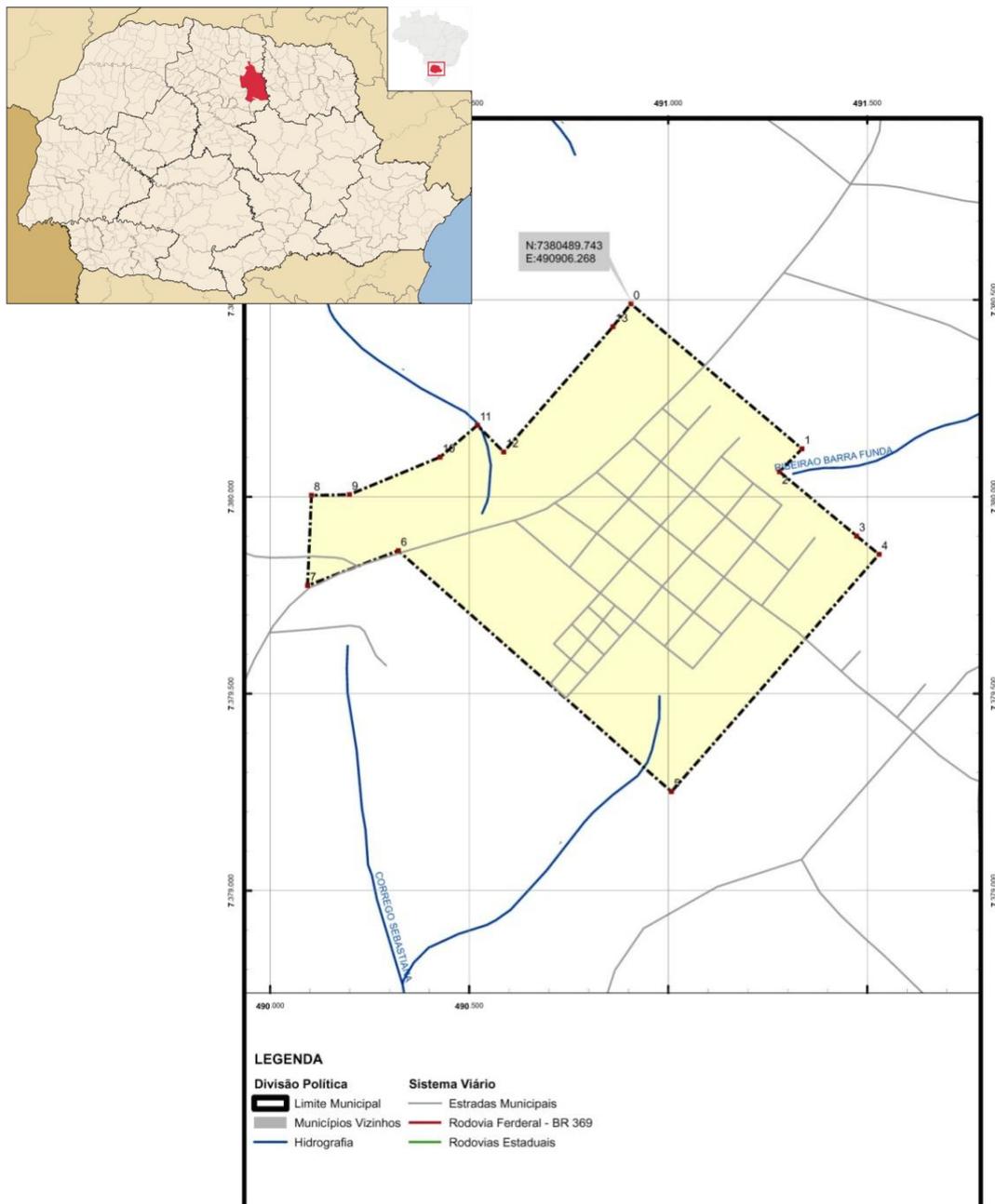
Quanto maior fosse a titulação profissional na hierarquia da CESP, maior seria o nível correspondente da residência que equivaleria, em termos práticos, ao acesso a uma moradia com padrão construtivo mais interessante e melhor localizada e com área em metros quadrados superior. Então, é exatamente nesse universo que se insere a atividade de implantação do Projeto Cinturão Verde, com o objetivo explícito de abastecer o núcleo urbano nascente com hortaliças e gêneros perecíveis de consumo imediato; sendo *a priori* uma atividade administrada e patrocinada pela CESP que dará todo suporte para sua implantação, manutenção e funcionamento, bem como aporte financeiro relativo e mão de obra para sua plena efetivação.

Já Lerroville (consulte mapa 2), distrito de Londrina, possuía segundo o IBGE (2000), população total de 4074 habitantes. Tal topônimo é decorrente de Nicolau Lerro que morreu vítima de conflitos pela posse de terras, no momento de colonização da região Norte do Paraná. Ainda hoje o distrito tem como principal produto de comercialização o café que sobreviveu a diversas crises e oscilações de mercado, além das fortes geadas ao longo dos anos.

⁴Segundo o Censo Demográfico de 2000, produzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município já possuía 23.996 habitantes e um dos maiores índices de desenvolvimento humano do Estado na época.



Mapa 1 – Localização de Ilha Solteira no Estado de São Paulo e malha urbana do município.
Fonte: Prefeitura Municipal (mapa da malha urbana) e Wikipédia (mapa do Estado). Adaptação: Jurado da Silva, 2011.



Mapa 2 – Localização do município de Londrina (sede administrativa a qual pertence o distrito de Lerroville) no Estado do Paraná e malha urbana de Lerroville.
 Fonte: Prefeitura Municipal (mapa da malha urbana) e Wikipédia (mapa do Estado). Adaptação: Jurado da Silva, 2011.

Segundo Moro (2000), nas décadas de 1950 e 1960, o Norte do Paraná constituía-se na área com café mais importante do país e do mundo. Ainda hoje a produção de café é expressiva no município de Londrina e se observa iniciativas tanto tradicionais quanto modernas para sua produção, além de métodos alternativos como a adoção da produção orgânica como aquela desempenhada por um coronel aposentado na área rural de Lerroville (BATISTA,2010).

No caso do distrito de Lerroville, esse artigo pautar-se-á na análise interpretativa da Vila Rural Santa Izabel que está em proximidade de seu núcleo urbano. Será verificado que tal vila apresenta um padrão de diversificação e que a mesma possui como função maior a moradia de trabalhadores que antes não tinham a condição ter acesso à residência fixa na cidade e/ou no campo e que agora também possuirão um lote para a produção de gêneros alimentícios diversos para a geração de renda complementar.

Assim, como este tema é amplo e complexo, optou-se por adotar um foco interpretativo sintético, uma vez que o espaço para redação do artigo é limitado. O viés empregado na sua execução é o geográfico. Para tanto, a investigação contou com alguns procedimentos metodológicos fundamentais para sua realização como a leitura, revisão e fichamento de textos relacionados à temática; bem como o levantamento e leitura de obras correlatas em formato impresso e eletrônico. Há de se destacar também que houve a interpretação empírica dessa realidade, buscando-se interpretar os relatos de sujeitos envolvidos na construção desses projetos específicos; contando com a gravação de voz dos diálogos estabelecidos e de registro fotográfico pertinente. Tal feito só foi possível pela execução de dois trabalhos de campo nessas localidades no período de 12 de abril de 2011 em Ilha Solteira e de 21 e 22 de maio de 2011 em Lerroville; efetuados no contexto da disciplina da pós-graduação em questão.

Portanto, vale frisar que tanto Ilha Solteira quanto Lerroville possuem diferentes formações socioespaciais⁵ e contexto territorial diverso e isso não só porque estão em estados distintos, mas por conta também de sua própria história de fundação, construção e reprodução desses locais. Tal ressalva se faz importante para elucidar que ambas possuem suas particularidades, peculiaridades histórico-econômicas e não devem ser visualizadas como homogêneas, mas sim pelo movimento de formação socioespacial que as engendraram; o que implica num exercício de grande esforço para se apreender a realidade concreta e teórica em questão.

O Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e a associação de pequenos agricultores

O projeto Cinturão Verde foi pensado para produzir alimentos e gerar possíveis empregos, numa política de atender o núcleo urbano nascente de Ilha Solteira, aproveitando-se de terras remanescentes da construção da barragem. Para tanto, foi constituída uma comissão de seleção para averiguar os beneficiários da

⁵ Tal expressão adveio da ideia de formação econômica, encontrada na obra de Karl Marx e na concepção de formação social de Lênin, ganhando, mais adiante, um significado geográfico quando trabalhada por Milton Santos especialmente no seu livro "Espaço e Sociedade", publicado no Brasil em 1979.

política, a exemplo de arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, empregados/desempregados rurais, desempregados urbanos com mais de cinco anos de trabalho no campo e ocupantes da área do Cinturão Verde com mais de cinco anos.

A iniciativa surgiu, portanto, a partir de um duplo objetivo, isto é: I) contribuir para a autossuficiência do núcleo urbano, em termos de abastecimento de gêneros agrícolas perecíveis hortícolas; e II) assentar pequenos agricultores.

A associação, nesse caso, foi criada para dar viabilidade ao projeto, contando inicialmente com equipe técnica agrícola, assistente social, etc. A contratação de uma assistente social possibilitou que em um primeiro momento fosse também organizada a divisão do cinturão em grupos de produtores que estivessem mais próximos espacialmente para o atendimento técnico rápido e eficaz.

A CESP garantiu toda infraestrutura necessária para a viabilização do projeto como armazém de cereais e equipamentos diversos, além de fornecer profissionais especializados, intentando garantir suporte técnico à organização da entidade como engenheiro agrônomo, técnicos agrícolas, agentes administrativos, etc. Em 1993, depois de constituído o município de Ilha Solteira foi a prefeitura municipal que tomou a tutela do projeto e passou a apoiar bem proximamente a associação.

Atualmente, segundo informações prestadas pelo presidente da associação, são cerca de sessenta e cinco associados cadastrados, sendo que aproximadamente trezentas pessoas compõem o Projeto Cinturão Verde. Destarte, foram várias as tentativas e projetos de inserção de determinados produtos como o alho, caju, limão e outros que não deram certo.

Por outro lado, algumas iniciativas isoladas de produtores alcançaram relativo êxito, a exemplo da pera d'água e de outros gêneros agrícolas; o que contribuiu para a diversificação e a não especialização da associação. Em momento anterior, Araujo (2005), na sua dissertação de mestrado, já havia detectado essa particularidade, quando descreveu que:

O Projeto Cinturão Verde participa no abastecimento de gêneros alimentícios através de uma produção diversificada oferecida à população: milho verde, arroz, feijão, mandioca, farinha, tubérculos em geral, hortaliças folhosas, abóbora, legumes, frutas diversas (com destaque para manga e banana), aves, ovos, suínos, leite, etc. São alimentos de excelente qualidade, por se tratarem de produtos e que contêm menos agrotóxicos do que os produtos oriundos de outras praças, tal como o CEASA. (ARAUJO, 2005, p. 103, 104).

Assim, em sua trajetória como instituição representativa dos agricultores, a entidade passou por crises e superações, alternando pequenos momentos de autonomia e alongando períodos de dependência face aos recursos de origem externa, sobretudo, governamental.

Nesse sentido, caberia elucidar que ao longo da sua existência foram implantados vários programas de assistência aos produtores como intervenções de caráter psicossocial, diagnóstico rural participativo, programa estadual de microbacias hidrográficas, patrulha agrícola (tratores, implementos, caminhões, veículos de passeio e utilitários), programa de máquinas, entre outros.

Tais programas, especialmente o de patrulha agrícola, desencadeado a partir de emenda rural parlamentar do deputado Vadão Gomes foram importantes para a manutenção da associação.

Nesse cenário, os produtores relatam ainda que têm grandes problemas para escoar sua colheita, estando razoavelmente distante de centros maiores como Campo Grande e Araçatuba para redução dos custos de transporte. Para entregar para o atacado e hipermercados os produtores também não conseguem imprimir um ritmo interessante de regularidade, qualidade e escala em razão de algumas dificuldades técnicas.

Com isso, parte dos associados acaba participando do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi uma das formas também de se garantir determinada renda às famílias necessitadas, em forte articulação do campo com a cidade; numa ação do programa do governo federal Fome Zero, executada conjuntamente pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nessa perspectiva, Hespanhol (2009) auxiliou no processo de interpretação geral desse programa ao destacar que:

O PAA tem como objetivo principal estimular e fortalecer a agricultura familiar por meio de um conjunto de ações relativas à aquisição de produtos agropecuários e sua distribuição a grupos de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, contribuindo também para a formação de estoques estratégicos de alimentos no país (MDA, 2009). (p.66).

Portanto, essa é mais uma das atitudes do governo federal que tende a assegurar as condições mínimas para a reprodução da agricultura familiar, no contexto brasileiro. Mas, em termos de investimento, observa-se que é o poder público municipal de Ilha Solteira o que mais apoia a associação e o seu projeto.

Apesar da entidade contar com uma administração bem estruturada com assessoria contábil, gestão democrática ainda não conseguiu maior grau de autonomia; sendo dependente de recursos externos provenientes, particularmente, da prefeitura municipal para sua sobrevivência e condicionada a determinadas instabilidades em termos de políticas locais (não isenta de reveses) ao longo das sucessivas eleições e gestões executivas que podem dar continuidade ou não ao apoio de suas atividades.

Hoje, segundo informações obtidas na associação determinada parcela dos seus membros não fez parte do processo original da política de reassentamento da CESP. Isso porque novos sujeitos passaram a adquirir lotes na extensão do Projeto Cinturão Verde. Dessa forma, em razão da grande proximidade com o centro urbano de Ilha Solteira, as terras passaram por um grande processo de valorização e o alqueire é negociado em torno de cento e oitenta mil reais. Como a cidade foi planejada para abrigar um número restrito de residências o cinturão é visto como fronteira para ocupação e expansão territorial urbana; ampliando os nexos de relações entre cidade e campo.

Nesse contexto, fica até complicado diferenciar o urbano do rural porque os laços de complementaridades entre os distintos agentes são amplos, facultando que os modos de vidas associados tanto ao campo quanto à cidade possam conviver no mesmo espaço, gerando contradições no universo das relações sociais e novos desafios aos pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

Muitos autores tem se utilizado da expressão agricultura urbana para designar tal fenômeno, mas se o espaço urbano não é o local por excelência da produção agrícola como caracterizar tal realidade? Uma das hipóteses prováveis seria a necessidade da produção de hortaliças para abastecimento imediato da população em função dos custos de transporte e de se lidar com gêneros agrícolas perecíveis, mas ainda a necessidade de sobreviver de uma população que quase invariavelmente sempre esteve ligada ao campo. Mesmo que se tome como caso analítico os novos agentes que estão ocupando parcela dos lotes será observado que a produção agrícola perdura e não se verificou a adição de novos conteúdos a tais espaços; o que confirma a tese de que não há uma urbanização total da sociedade, pelo menos do que se avalia no presente.

Lerroville no contexto das Vilas Rurais

O Programa Vila Rural teve início em 1995, visando propiciar moradia digna aos trabalhadores rurais volantes que não possuíam terras para o cultivo; e, por outro lado, reduzir o impacto dos processos migratórios, a concentração demográfica da população pobre situada especialmente na periferia de grandes e médias cidades.

Tal empreitada⁶ foi uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná (contrapartida de 30% do valor do lote e financiamento dos outros restantes) em uma parceria com os municípios (responsáveis pela escolha da localização do empreendimento, da manutenção de estradas envolvidas no projeto, acompanhamento da aplicação da legislação ambiental etc.) e, englobando ao menos doze instituições públicas no desenvolvimento do projeto. Nesse caso, Batista (2010) oferece o coerente aporte teórico acerca do assunto ao expor que:

O projeto Vilas Rurais foi concebido no ano de 1994 como plataforma política do candidato à governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime Lerner, que governou o Paraná por dois mandatos consecutivos (1995 a 1998 e 1999 a 2002). Sua implantação iniciou-se no ano de 1995 com o financiamento do Banco Mundial e do governo do estado. Previa o assentamento de famílias de trabalhadores volantes (bóias-frias), que constituíam a mão-de-obra da agricultura paranaense. As vilas rurais seriam construídas junto aos distritos ou estradas vicinais, o que facilitaria o acesso à escola bem como também ao serviço médico e a bens de consumo. A construção próxima a equipamentos já existentes evitaria novos investimentos. O que determinaria o tamanho de cada vila rural seria a demanda levantada pela prefeitura municipal, bem como o tamanho da área adquirida pela mesma. No entanto nenhuma vila possui mais de 100 unidades. Cada lote teria uma área de 5.000 m² e uma casa de 44,5 m² construída em alvenaria. Também possui uma infra-estrutura mínima, ou seja, água encanada e luz elétrica. (BATISTA, 2010, p. 278).

⁶ Para maior detalhamento acerca do assunto, consultar o artigo de Asari, Muniz e Rosa (2002) denominado: "Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo?", publicado pela revista Geografia de Londrina.

Com isso, valeria ressaltar que cada vila rural é composta pelo menos por quarenta lotes. As unidades têm prazo de financiamento de vinte cinco anos, havendo carência para pagamento nos trinta meses iniciais; o que equivale na prática à aplicação de cobrança de taxas simbólicas e depois o correspondente a 20% do salário mínimo. Dos 399 municípios paranaenses ao menos 267 contam com vilas rurais, o que corresponde a 67% do total de municípios do Estado (ASARI, MUNIZ, ROSA, 2002).

Londrina, nesse contexto, tem cinco vilas rurais. Algumas das vilas estão situadas em áreas íngremes, o que dificulta o melhor trabalho no espaço rural. Assim, o que o governo resolveu com a implantação desse programa foi o problema de moradia e de complementação de renda, mas afirmar que as pessoas sobrevivem num lote de cinco mil metros quadrados é complicado, porque a maioria das pessoas tem que trabalhar na cidade e/ou em outros serviços do campo para poder sobreviver; o que amplia de certa maneira os laços de relação entre cidade e campo, bem como do urbano e rural.

Pessoas, por exemplo, que trabalham o dia inteiro na cidade e depois vão para o campo apenas para dormir, podem ser consideradas urbanas ou rurais? Pergunta essa complicada de se responder no momento em que essas dimensões ganham novos significados e se somam à instalação de novos componentes técnicos, com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação.

Desse modo, podem ser desenvolvidas determinadas urbanidades no campo, enquanto o inverso também pode ocorrer na cidade com a produção de ruralidades. Não haveria mais correspondências entre formas e conteúdos na atualidade, mas principalmente contradições e maior complexidade na reprodução da vida humana. Refuta-se, nesse caso, a tese de Henry Lefebvre de que o campo tenderia a passar por um completo processo de urbanização; defendendo-se a ideia de que ele ganha novas variáveis para sua compreensão face ao processo de mundialização e do aumento das densidades e das infraestruturas técnicas territoriais.

Na Vila Rural de Lerroville, por exemplo, esse movimento de relação cidade/campo é intenso, havendo a presença de trabalhadores que moram nessas vilas e se deslocam em alguns casos para a cidade para poder trabalhar e realizar o atendimento de suas demandas mínimas e inadiáveis. Como os lotes são pequenos fica difícil até mesmo a reprodução da vida e, em geral, as pessoas tendem a recorrer a outras fontes de renda para poderem manter suas residências e famílias.

Com isso, o programa Vilas Rurais passa por um processo de indefinição quanto a sua incorporação ao meio urbano ou rural. A Vila Rural está a menos de um quilômetro da sede do distrito e as famílias chegaram a receber o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Do ITR elas são isentas em razão da área do lote ser mínima e do IPTU as famílias pediram para ser cancelada a sua cobrança, o que ocorreu de fato pela iniciativa da prefeitura municipal de Londrina ao acatar tal solicitação.

Nesse sentido, essa vila rural tende de certo modo a se diversificar⁷, não apresentando um padrão de especialização entre seus moradores. Há conseqüentemente a produção de hortaliças, café, alho e outros produtos que são comercializados, por via das vezes, no mesmo distrito e/ou em alguns casos em

⁷ No momento, assistência técnica não existe na prática e muito menos incentivos da esfera governamental federal/estadual, sendo que o importante mesmo é a iniciativa autônoma de seus moradores na busca pela sobrevivência.

Londrina. Até mesmo as cercas são feitas com produtos da roça como bananas e outros produtos que são utilizados ainda como “quebra vento” e, em partes, aproveitados para comercialização e/ou consumo próprio.

O senhor Pedro⁸, morador da vila rural, tem como principal cultivo, por exemplo, o alho e o feijão do tipo bolinha que é comercializado em Lerroville (observe a figura 1 que demonstra vista parcial da seu lote). Além disso, acaba trabalhando em outras propriedades rurais e/ou mesmo cuidando da roça de outros colegas, próximos a sua casa, para complementar e ampliar sua renda. Sua família é composta por cinco integrantes que também adotaram uma postura de diversificação de ocupações, desempenhando outros trabalhos na cidade.



Figura 1 – Vista parcial de um dos lotes da Vila Rural de Lerroville.
Fonte: Jurado da Silva, 2011.

O alho demora em média cinco meses para ser colhido e depois o Senhor Pedro produz feijão bolinha que vai de setembro a janeiro aproximadamente. O alho, em geral, tem um valor interessante, o que garante certo retorno à família. Se o produtor contratasse pessoas para auxiliar na colheita não haveria mínimas condições de lucro.

Por último, vale frisar que na vila há precariedade do ponto de vista dos transportes e não houve a instalação de escolas e postos de saúde no local. Nesse sentido, há algumas deficiências do programa que precisam ser sanadas como àquelas concernentes à infraestrutura, viabilidade técnica e financeira no

⁸ Alvo da visita de campo.

atendimento das pessoas necessitadas⁹, bem como a satisfação das famílias com relação ao programa que é preocupante. Entretanto, tal quadro pode ser justificado em razão da grande proximidade da vila rural com a sede do Distrito de Lerroville, o que aproxima mais as realidades socioespaciais do rural ao urbano e vice-versa.

Considerações finais

As relações campo/cidade, urbano/rural se complexificam cada vez mais com o avanço do capitalismo e do processo de mundialização. Assim, a natureza dessas categorias poderia ser definida, então, como a interpretação das dimensões econômica, social e espacial da realidade material; não havendo em alguns dos casos determinada correspondência entre conteúdos sociais e formas espaciais.

Nas cidades, os exemplos de pauperização da vida social são visíveis nas paisagens tanto dos grandes quanto dos pequenos centros e os projetos de reprodução da vida no rural são importantes para se garantir as condições necessárias de sobrevivência e fixação de pessoas como é o caso do estudo em questão do Projeto Cinturão Verde em Ilha Solteira e do Projeto Vilas Rurais em Lerroville. Tais iniciativas ampliam os laços das relações cidade/campo, produzindo formas de interação interessantes para compreensão da Geografia e de outras ciências que se preocupam em entender as transformações da sociedade.

Na análise desse artigo, fica mais que evidente que tais programas apresentam falhas e precisam de grandes melhorias para que possam alcançar um grau de satisfação de seus integrantes. Entretanto, apesar da teoria exemplificar que tais atitudes seriam capazes de gerar justiça social e dignidade, muitas dificuldades e problemas estruturais precisam ser sanados para superação das desigualdades que são cada vez mais abrangentes e de difícil solução/intervenção.

Por fim, verifica-se a riqueza tanto em termos conceituais quanto práticos da análise combinada das relações cidade/campo e urbano/rural. Mesmo que se tome para esta investigação o caso de realidades socioespaciais distintas certas similitudes irão comparecer no fenômeno geral da produção da vida e das ligações entre sujeitos e espaço; ampliando a necessidade de pesquisas mais abrangentes que reflitam sobre realidades particulares como estas apresentadas nesse texto.

⁹ Grande parte das famílias também vendeu seus lotes em razão da dificuldade para arcar com a prestação que equivale a aproximadamente quarenta e nove reais e oitenta centavos por mês (não podendo ultrapassar a margem de 10% do salário mínimo), além de ter que pagar pelos serviços de água e luz; o que acaba por onerar seus rendimentos que já são baixos. Não há sede para uma possível associação de moradores, faltam equipamentos públicos de lazer para a população e a migração da população urbana para o campo é vista como possibilidade.

Referências bibliográficas

ARAUJO, C. A. M. *Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira-SP*. 211 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ARAUJO, C. A. M.; et al. *Autonomia e dependência na associação dos pequenos agricultores do projeto cinturão verde de Ilha Solteira*. Disponível em: < www.sober.org.br/palestra/5/1203.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2011.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003.

ASARI, A. Y.; MUNIZ, H. C.; ROSA, M. D. Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo? *Geografia (Londrina)*, n. 1, v.11, p. 85-114, 2002.

BATISTA, E. E. *A importância da cafeicultura para a permanência dos sítiantes na terra: uma análise dos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira em Lerroville, Londrina-PR*. 351 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP*. São Paulo, p. 132-150, 2008.

DOURADO, L. A. C.; SILVA, E. A.; HERNANDES, F. B. T.; VANZELA, L. Z. *Ilha Solteira contraste de uma cidade planejada*. In: XII Encontro Sul-Matogrossense de Geografia, Três Lagoas, 2003.

FAVARETO, A. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. In: *I Encontro da Rede Rural*, Niterói, p. 01-23, 2007.

FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. *Terra Livre*, n. 16, p. 39-70, 2001.

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP). *Geo UERJ*, n. 20, v. 3. p. 64-87, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/geouerj/article/viewArticle/1429>>. Acesso em: 1 de julho de 2011.

IBGE. Informações sobre população de Ilha Solteira e Lerroville. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 de julho de 2011.

LOPES, A. W. P.; COSTA, S. M. A. L. Produção orgânica em território produtivo convencional em reassentamento rural do Cinturão Verde, Ilha Solteira. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/238.pdf>>. Acesso em 14 de junho de 2011.

MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.) *Geografia Social e agricultura*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UEM, 2000. p. 27-59.

OLIVEIRA, R. O. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. *Informações econômicas*. IEA: São Paulo, v. 32, n. 12, p. 7-15, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA. Imagem da malha urbana de Ilha Solteira. Disponível em: <<http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/planodiretor>>. Acesso em: 1 de julho de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Imagem da malha urbana de Lerroville. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1003&Itemid=1022>. Acesso em: 1 de julho de 2011.

QUEIROZ, M. I. P. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. ORIOWALDO, Q. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1979. p. 160-179.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOLARI, A. O objeto da Sociologia rural. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 3-14.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 198-224.

TEIXEIRA, M. A. Transformações no espaço rural e a Geografia Rural: idéias para discussão. *Revista de Geografia*, n. 14, v.1, p. 9-33, 1997.

WIKIPÉDIA. Mapas de Ilha Solteira e Londrina. Disponível em: <pt.wikipedia.org>. Acesso em: 8 de julho de 2011.

*Recebido em 16 de agosto de 2011.
Revisado em 20 de setembro de 2011.
Aceito em 5 de outubro de 2011.*